

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Presidido por Baleia Rossi, MDB elegeu mais

Vereadores: o jogo dos cabos eleitorais de luxo

Avaliar o desempenho dos partidos na conquista de prefeituras é um dado importante. Mas há um outro quadro que pode ser ainda mais fundamental. Se as eleições municipais costumam ser o primeiro ensaio do que poderá acontecer dois anos depois nas eleições nacionais, verificar quantos vereadores cada legenda fez é uma informação preciosa. Esses parlamentares

locais são uma espécie de cabos eleitorais de luxo. Não apenas porque podem ajudar ou atrapalhar os prefeitos eleitos. Mas porque podem turbinar as campanhas dos seus preferidos para presidente ou governador nas suas cidades. E, de novo, os números colhidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) trazem notícias desafiadoras para o PT e o governo.

Centro

Nacionalmente, a votação dos vereadores confirma o crescimento do centro. No caso, foi o MDB que elegeu o maior número: 8.109. O PP veio em segundo, com 6.950. E o PSD é o terceiro com mais vereadores eleitos: 6.624. Depois, vem União Brasil, com 5.845.

PT e PL

No confronto direto da polarização que parece ter se reduzido, o PL levou a melhor sobre o PT. O partido do ex-presidente Jair Bolsonaro elegeu 4.957 vereadores. O do presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez 3.128. Atrás do seu parceiro direto, o PSB de Geraldo Alckmin.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



O PL de Valdemar fez mais nas capitais

Nas capitais, ganhou o PL, seguido do PSD

Nas 26 capitais do país, no entanto, o quadro ficou ainda mais difícil para o PT do presidente Lula. No caso, o partido que mais elegeu vereadores nas capitais foi exatamente o PL. Com recordistas, como Lucas Pavanato, em São Paulo. O alento para o PT foi que elegeu a maior bancada na capital paulista. Após o resulta-

do do segundo turno, ou isso servirá de apoio para Guilherme Boulos (Psol) ou de dor de cabeça para Ricardo Nunes (MDB). Em São Paulo, o PT elegeu nove vereadores. O MDB de Nunes terá sete vereadores. O PL também terá sete. E o Psol de Boulos, seis. Em todas as capitais, o PT fez 61. E o PL, 96 vereadores. O PSD, 73.

Maioria

O PL terá as maiores bancadas em Belo Horizonte, Cuiabá, Florianópolis, Macaé e Palmas. O PSD liderará as bancadas do Rio de Janeiro e de Curitiba. Com diferenças: no Rio, o partido de Kassab é mais próximo do governo Lula. Em Curitiba, é mais próximo de Bolsonaro.

Recife

No Recife, o fenômeno João Campos espalha-se também para a composição da Câmara. O prefeito reeleito terá 15 vereadores do seu partido, o PSB. O PL, que ficou em segundo na disputa da prefeitura com Gilson Machado, terá quatro vereadores. E o PT, somente dois.

Crescimento

Em comparação com o desempenho na eleição anterior, o maior crescimento foi do Republicanos. O partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, elegeu 2.068 vereadores a mais. O PL veio em segundo, com 1.494 vereadores além da performance anterior.

PT cresceu

O PT cresceu também. Elegeu 460 vereadores a mais. Mas, de novo, seu desempenho foi pior que o de seu parceiro de governo, o PSB, que fez 563 vereadores a mais. O MDB, que teve o melhor desempenho, cresceu seus números com 757 vereadores a mais.

Soraya Thronicke: CPI das Bets é para “impor limites”

Autora do pedido aprovado, senadora irá pleitear a relatoria

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Por Karoline Cavalcante

Em entrevista exclusiva ao Correio da Manhã nesta quinta-feira (10), a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) detalhou suas expectativas sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets. A senadora é a autora do pedido de investigação aprovado esta semana. Ela irá pleitear a relatoria.

“Sinceramente, eu não sei jogar nem baralho”, disse a senadora ao Correio. “Eu não consigo dizer nem o nome dos naipes e, entendo que tudo que se transforma em vício, precisa de um controle. Não é porque eu não jogo e não me interessa que deixa de ser um problema para o Brasil”, continua ela. “Eu vejo que é necessário investigarmos todas as possíveis ilegalidades dentro desses jogos, porque temos visto famílias sendo destruídas, pessoas se suicidando e, por fim, influenciadores e empresas ganhando rios de dinheiro”, disse a senadora.

O requerimento para a criação da comissão foi apresentado por Thronicke e apoiado por outros 30 senadores. No Plenário do Senado desta terça-feira (8), o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD), fez a leitura do texto, que tem por objetivo investigar “a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.”

Composição

Segundo a ementa, a CPI terá 130 dias para concluir seus trabalhos, será composta por 11 membros titulares e sete suplentes.



Soraya: CPI terá efeito pedagógico e informativo

O limite de despesas da CPI é de R\$ 110 mil. Sobre o cronograma de trabalho, a senadora informou que, no momento, ainda estão aguardando os nomes indicados pelas lideranças para composição do grupo.

“Logo depois, teremos uma sessão para elegermos o presidente, o vice e o relator.”

Só então o relator escolhido poderá criar um cronograma de trabalho e apresentá-lo em sessão”, explicou.

Sobre a expectativa quanto à CPI, Soraya disse que os parlamentares participantes querem “investigar de forma firme”, pois o vício em jogos de azar online tem trazido, de forma silenciosa, “inúmeros males para a sociedade”.

Limites

“A minha expectativa é colocar ordem nesta questão, impor limites para conseguir-

mos controlar o problema e, principalmente, trazer clareza para as pessoas sobre o que os jogos podem causar em suas vidas. Nós temos visto notícias diárias sobre pessoas que perderam tudo. As clínicas de reabilitação estão tendo que receber pessoas por conta desse vício em específico, então não dá mais para fechar os olhos. É hora de agir”, afirmou.

“O Brasil não é uma terra sem lei, precisamos colocar ordem nesta situação e trazer limites legais para a atuação de jogos de apostas no nosso país. Um exemplo é o meu PL 3757/2024 que proíbe a utilização de benefícios de programas sociais para a realização de apostas. Se aquela pessoa tiver outra fonte de renda, tudo bem, mas aquele dinheiro que ela ganha para sua subsistência deve ser gasto com as necessidades básicas”, acrescentou.

Manipulação

Na avaliação de Soraya Thronicke, a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, que já está em curso, não abrange todas as apostas online. Então, segundo ela, faz-se necessária a criação de uma nova comissão direcionada para investigar o tema em questão. Em relação à contribuição que poderá trazer, ela acredita que a investigação entrega ao cidadão informações que ele não receberia de outra forma.

“A CPI tem um condão pedagógico muito grande. Por ser televisada e por toda a imprensa acompanhar, conseguimos levar ao cidadão informações que ele não teria caso as investigações corresse em segredo de justiça. A população precisa ter ciência de como funcionam os jogos de azar online”, finalizou a senadora.

Agora relator da reforma tributária, Braga apresentará plano de trabalho

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Com o retorno das atividades no Senado Federal após o primeiro turno das eleições municipais, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) segue com as discussões acerca do primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024). Além disso, após o poder Executivo retirar a urgência do projeto e destravar a pauta do Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa também passará a discutir o texto após oficializar o senador Eduardo Braga (MDB-AM) como relator da medida.

A reforma tributária unifica cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) cobrados sobre consumo e produção no Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que vai incidir no consumo. Será um “IVA dual”, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) para estados e municípios e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), para a União. O PLP 68/2024 implementa os novos tributos, regulamentando alíquotas e outras questões.

Apesar de o projeto já ter recebido 1.300 emendas, segue a expectativa de que o texto seja votado no plenário do Senado na primeira semana de novembro.



Braga quer votar tributária no início de novembro

Como o texto deve passar por alterações, ele retornará para a Câmara dos Deputados. E, para evitar que os deputados revertam a maioria das eventuais alterações, senadores buscam negociações com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para que ambos cheguem a um texto de consenso – que deve ser o que será colocado em votação.

Relator

Após participar de maneira informal em diversas reuniões sobre o tema, nesta semana o líder do MDB no Senado foi oficialmente designado como o relator do PLP 68/2024. O nome dele já era esperado, já que o parlamentar foi o relator

no Senado do projeto que instituiu a reforma tributária. Com o nome confirmado, o agora relator adiantou que pretende apresentar o plano de trabalho para discutir o tema na CCJ na próxima quarta-feira (16).

“Precisamos acabar com este emaranhado de legislações que encarecem a nossa produção e que dificultam o crescimento econômico”, declarou Braga em suas redes sociais.

Antes de apresentar o plano, Braga também adiantou que primeiro serão realizadas duas audiências temáticas na comissão, uma para ouvir governadores e outra os prefeitos sobre os impactos da medida. Após esses encontros, seguindo a mesma linha da CAE, serão

realizadas uma série de audiências públicas para debater o tema com setores impactados com a medida.

Audiências

Na próxima terça-feira (15), a CAE irá debater a possibilidade de as alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) serem revisadas anualmente pelo Senado, a fim de não aumentar a carga tributária. A expectativa é que esta seja a última reunião sobre o tema na CAE, que terá influência no relatório de Eduardo Braga.

A reunião visa analisar os impactos da medida em relação à sua transição, tal como sua fiscalização, já que a implementação do IBS e do CBS exigirá um período de transição. De acordo com o Ministério da Fazenda, haverá dois períodos de transição: um de sete anos, que será para toda a sociedade brasileira; e outro específico para os entes federativos, de 50 anos. A transição para a sociedade começa em 2026 e termina em 2033, quando os atuais tributos sobre o consumo acabam.

E nesse meio período, os preços de alguns produtos e serviços poderão cair e outros, subir. Portanto um dos objetivos dessa audiência é garantir que texto seja claro de que esses ajustes serão graduais.